



# Administração Pública, Governo e Terceiro Setor

## Enangrad Pleno

ELIAS JOSÉ MEDIOTTE

LUCIANO DE PAULA MORAES

MAIARA COUTO BARRETO

THIAGO DE MELO TEIXEIRA DA COSTA

## **1 - Administração Pública, governo e terceiro setor**

### **PARTICIPAÇÃO DOS APOSENTADOS NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE OS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE, BRASIL**

## Resumo

A proposta deste estudo é conhecer o perfil do aposentado da região Sudeste que continua no mercado de trabalho após se aposentar. Discutiu-se sobre a (re)inserção dos idosos no mercado de trabalho e o pacto intergeracional da previdência social brasileira. Através de testes estatísticos, como o Teste de Pearson ( $\chi^2$ ) e análise descritiva, verificou-se que o estado com mais aposentados no mercado de trabalho é São Paulo (SP); com média de renda da aposentadoria menor que a média da renda extra; o nível de instrução predominante foi o ensino fundamental incompleto; e o estado que possui maior média de rendimento extra e maior percentual de informalidade foi o Rio de Janeiro (RJ) sendo que uma grande parte dos aposentados que retornam ao mercado de trabalho são referência na unidade domiciliar. Essas informações podem influenciar na formulação de políticas públicas para o idoso, na previdência social, políticas para o mercado de trabalho e saúde.

**Palavras-chave:** Aposentado. Mercado de trabalho. Políticas públicas.

## Abstract

Knowing the elderly who are (re) in the labor market, is fundamental for public policies, which must act with interventions directed to health, the labor market, as well as effective actions of social protection, guaranteeing a good quality of life in the the new perspective of the elderly. The purpose of this study is to know the profile of retirees from the Southeast who continue in the labor market after retirement, making a brief comparison between the states. For this, we discussed the (re) insertion of the elderly in the labor market and the intergenerational pact of Brazilian social security. Through statistical tests, such as the Pearson Test ( $X^2$ ) and descriptive analysis, verified that the state with the most retirees in the labor market is São Paulo; the mean age of this sample was 64 years; with average retirement income lower than the average of the extra income; the predominant level of education was incomplete primary education; the state that has the highest average of extra income and higher percentage of informality was Rio de Janeiro and a large part of the retirees who return to the labor market are a reference in the household unit. This information can influence the creation of public policies for the elderly, social security, policies for the labor market and health.

**Keywords:** Retired. Job. Pearson Test.

## 1 – Introdução

O fenômeno da longevidade está acontecendo paralelamente ao recuo da taxa de natalidade e essa transição ocasiona a inversão da pirâmide etária no Brasil. De fato, as modificações ocorridas na estrutura etária brasileira nas últimas décadas causaram o estreitamento da base da sua pirâmide, configurando uma população com uma menor proporção de jovens em relação à população total e, conseqüentemente uma maior proporção de adultos e idosos (OBST, 2017). De acordo com o IBGE (2017), as perspectivas são de que essa inversão seja cada vez maior, chegando em 2050 com o topo da pirâmide de (idosos) alcançando perto de 30% da população.

Entretanto, o aumento da perspectiva de vida está acompanhado da permanência dos trabalhadores por mais tempo no mercado de trabalho, induzido também pelo aumento da idade mínima para a aposentadoria, pelo objetivo de complemento de renda (LANCMAN; SZNELWAR; JARDIM, 2006), entre outros fatores psicossociais (KHOURY et al, 2010). No Brasil, cerca de 22,5% das pessoas com 65 anos ou mais continuam trabalhando, sendo que a grande maioria (74,7%) é aposentada (IBGE, 2008).

Vários fatores são apontados pela literatura justificando a permanência ou a reinserção dos idosos aposentados ao mercado de trabalho. Algumas dessas razões são relacionadas às experiências subjetivas de prazer pelo trabalho, ocupando o tempo livre e exercendo uma atividade física mental, ou decorrem de necessidades financeiras, tanto pela perda do poder aquisitivo devido aos baixos valores dos benefícios concedidos quanto pela necessidade de prover a família (BULLA; KAEFER, 2003).

De fato, sabe-se que existe um movimento de adiar a aposentadoria e reduzir benefícios, e as propostas de reformas da previdência, estão criando limitadores para o seu recebimento, elevando a idade mínima e tempo de contribuição para os trabalhadores se aposentarem. Dessa forma, isso pode induzi-los a se aposentarem mais tarde para compensar as perdas dos benefícios. Em contrapartida, como os brasileiros tendem a entrar cedo no mercado de trabalho, tendem também a não abrir mão de se aposentarem precocemente, convivendo, conseqüentemente, com a redução do valor das aposentadorias (KIEFER, 2009), e esse declive se enquadra como uma das causas da reinserção desse público na atividade profissional.

Assim, a representação do idoso inativo vem sendo substituída pela figura dos idosos dinâmicos, contribuintes do orçamento doméstico e por vezes, o representante econômico no grupo familiar (MOTTA, 2000).

Cumprir destacar que o regime de financiamento da previdência social utilizado atualmente no Brasil é o de repartição simples. Neste regime os segurados contribuem, em regra, para um fundo único, responsável pelo pagamento de todos os beneficiários do sistema. Nessa estrutura ocorre o pacto intergeracional, isto é, os contribuintes de hoje custeiam os beneficiários atuais.

Uma das questões que surgem diante desse cenário é a influência da inversão da pirâmide etária<sup>1</sup> nesse regime, pois assim ocorre maior número de idosos dependendo de um número menor de jovens para a manutenção de seus benefícios. O regime de repartição simples é extremamente influenciado pelas taxas de natalidade do país e pela expectativa de vida de seus componentes. As premissas baseadas para seu pleno funcionamento são relacionadas aos aspectos sociais, econômicos e etários. Não obstante, as alterações dessas premissas podem desdobrar-se em falta de equilíbrio financeiro ou atuarial.

A literatura estrangeira tem abordado a atividade remunerada após a aposentadoria como *bridge employment* (emprego de ponte) com foco na qualidade de vida na aposentadoria. De fato, novas formas de adequação do mercado de trabalho tendem a surgir haja vista a perspectiva futura de aposentadorias mais distantes. A União Europeia, por exemplo, desenvolve a aposentadoria parcial através da recomendação 82/857/CEE, desde 10 de dezembro de 1982, com diretrizes que orientam os Estados membros a buscarem uma transição das pessoas para a inatividade. A aposentadoria parcial pode cumprir papel relevante como mecanismo de adaptação para a inatividade, e também como adequação à natural restrição física da idade avançada (IBRAHIM, 2018).

Conhecer os idosos que se (re)inserem no mercado de trabalho, é fundamental para as políticas públicas, que devem agir com intervenções direcionadas à saúde, ao mercado de trabalho, bem como ações efetivas de proteção social, garantindo uma boa qualidade de vida na terceira idade para a nova perspectiva de idosos - os dinâmicos.

Diante do exposto, leva à proposição o seguinte questionamento: qual o perfil do aposentado que permanece no mercado de trabalho na região sudeste do Brasil?

Isto posto, esse estudo objetivou analisar o perfil do aposentado, da região sudeste, que continua no mercado de trabalho mesmo após a sua aposentação.

A justificativa pela escolha da região se pauta devido ao fato de que o Sudeste é a segunda região brasileira com mais aposentados, possuindo uma amostra significativa para a análise.

Este artigo traz na primeira seção a introdução ressaltando seu principal objetivo. Na segunda seção, é apresentado o referencial teórico destacando a previdência social como política pública e o seu pacto intergeracional. Na terceira seção, é abordado o método de pesquisa utilizado. E na quarta e quinta seção seguem os resultados, discussões e considerações finais do estudo.

Espera-se com esse trabalho contribuir para a literatura acerca da permanência dos idosos no mercado de trabalho e as políticas públicas decorrentes desse fenômeno social, bem como tentar apresentar diagnóstico e novas perspectivas.

## **2 - A (re)inserção dos idosos aposentados no mercado de trabalho e o pacto intergeracional da previdência social brasileira**

As políticas públicas buscam proporcionar mais bem-estar, desenvolvimento, justiça social, maior coesão, através dos instrumentos operacionais das políticas públicas que são as leis, as regulamentações, os incentivos fiscais e os programas. O programa público é formado por ações planejadas, sistêmicas e articuladas entre si, com o objetivo de atender uma demanda pública específica. Para tanto é necessário determinar seus objetivos de forma clara, o modelo de intervenção delineado para abordar o problema social e o público a ser atingido (JANNUZZI, 2016).

A previdência social enquanto política pública busca amparar o trabalhador e proporcionar desenvolvimento socioeconômico no país, principalmente quando considerado as aposentadorias e benefícios em geral, pois representam grande relevância na estabilidade social do Brasil. Desse modo, a interferência do Estado na economia através de políticas públicas e programas fundamenta-se pela busca de equidade e eficiência propondo melhores indicadores sociais, refletido pelo melhor nível de bem-estar e de renda (CAVALIERI; PAZELLO, 2005).

O sistema previdenciário atual pode ser dividido em três componentes: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União, estados,

municípios e Distrito Federal, englobando de forma compulsória todos os servidores públicos efetivos desses entes públicos; e Regime de Previdência Complementar, do qual fazem partes as Entidades Abertas e as Fechadas de Previdência Complementar (TURRA, AFONSO, 2017).

De fato, a Previdência Social tem papel central para a sociedade brasileira, principalmente a partir da expansão dos benefícios ocorrida com a CF/88, com o envelhecimento populacional, o lento crescimento econômico entre outras mudanças vivenciadas no cenário nacional, incluindo também a sua importância como mecanismo de distribuição de renda e garantia de bem-estar para os beneficiários (TURRA, AFONSO, 2017).

No Brasil, a CF/88 consolidou um modelo centrado no sistema previdenciário como a principal – muitas vezes única – fonte de renda para o consumo em idades avançadas. Pesquisas como a de Turra (2000), Lee e Mason (2011) demonstraram que o padrão brasileiro de transferências públicas entre gerações é bastante atípico se comparado ao de países de diferentes continentes e variados níveis de renda, caracterizado por um notável viés pró-idoso. Esse viés é causado, em grande parte, pela cobertura do RGPS às idades acima de 60 anos e pelos benefícios pagos através dos regimes próprios de previdência. E pelos gastos com saúde pública, que normalmente aumentam com a idade e também contribuem para a ocorrência desse padrão (TURRA, AFONSO, 2017; ROCHA, CAETANO, 2008).

Em certos países da Ásia e América do Norte, o consumo de idosos é financiado por uma combinação de fontes de renda que vai além da Previdência Social, dando-se maior peso relativo às transferências na família, renda de ativos e renda no trabalho. Já no Brasil, a adoção de um modelo previdenciário centrado na principal fonte de renda para os idosos, assemelha-se ao que ocorreu em países da América do Sul, especialmente Uruguai e Argentina, e em países da Europa, que ao longo das décadas, estruturaram políticas públicas focalizadas no bem-estar social (LEE; MASON, 2011; TURRA; AFONSO, 2017).

Contudo, o benefício recebido na aposentadoria nem sempre é suficiente para manter o padrão de vida, o que gera no Brasil e também em outros países, o cenário de retorno ou permanência do aposentado ao mercado de trabalho. Todavia, isso se deve tanto por fatores psicossociais quanto por fatores financeiros (KHOURY et al, 2010). A literatura estrangeira enxerga o ‘emprego de ponte’ como uma alternativa para a qualidade de vida dos idosos, sendo um mecanismo de adaptação para a inatividade. Considerando o aumento da perspectiva de vida das pessoas, é natural que novas formas de adequação ao mercado de trabalho surjam (IBRAHIM, 2018). Nesta perspectiva, não somente o mercado de trabalho necessita de adequação, mas também a administração pública, que deverá analisar se as suas políticas públicas estão ajustadas com essa realidade.

### **3 - Procedimentos metodológicos**

Este estudo é considerado quantitativo devido ao fato de a unidade de análise ser composta por dados estatísticos de fontes secundárias utilizando microdados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD).

Os campos de observação foram os estados brasileiros de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo que comportam a região sudeste, com ênfase nas informações acerca dos aposentados da previdência social. A base de dados utilizada foram os microdados da PNAD/2015, sendo justificada por ser o período de disponibilização desses dados mais recente. O Sudeste, em 2015 possuía 17,02%

da população aposentada trabalhando, sendo a segunda região do Brasil com maior percentual, perdendo apenas para a região Sul com 21,75% de aposentados em atividade profissional.

Para este estudo foram coletadas as seguintes variáveis: atividade e inatividade dos aposentados, idade média, cor/raça, aposentadoria média, renda extra média, escolaridade, local de moradia (rural ou urbano), formalidade e informalidade do trabalho.

Utilizou-se o Sistema de Informação Geográfica – SIG, com o auxílio do *software* QGIS®, do qual foi realizado o mapeamento do percentual válido de aposentados no mercado de trabalho na região sudeste brasileira, com o objetivo de contribuir para a visualização dos resultados.

Em busca de auxiliar na identificação das associações entre as variáveis, empregou-se o Teste qui-quadrado de Pearson ( $\chi^2$ ), tendo em vista que as variáveis coletadas são nominais e não seguem a distribuição normal (não-paramétricos). O nível de significância adotado é de 5% (0,05), de modo a identificar se existe ou não associação entre duas variáveis. Os dados foram analisados, estatisticamente, com o auxílio do *software* SPSS® (*Statistical Package for the Social Sciences*), extraíndo o teste de normalidade, a estatística descritiva e teste qui-quadrado.

#### **4 - Resultados e discussões**

Inicialmente são apresentados os resultados com informações acerca do perfil dos aposentados que retornam ao mercado de trabalho abordando quantidade de aposentados no mercado de trabalho por estado; média de idade; sexo; média da renda; escolaridade; pessoa de referência na unidade domiciliar e formalidade do trabalho, trazendo informações gerais. Posteriormente as informações são apontadas de forma detalhada por estado.

##### **4.1 Perfil dos aposentados que retornam ao mercado de trabalho**

Em relação a quantidade de aposentados no mercado de trabalho em cada estado, a análise descritiva permitiu identificar que o estado de São Paulo (SP) possui o maior percentual válido (38,3%), estando Minas Gerais (MG) com o segundo maior percentual (37,5%), Rio de Janeiro (RJ) (19,2%) e Espírito Santo (ES) (5%) respectivamente. A amostra do total de aposentados no mercado de trabalho foi de 2107 indivíduos.

Conforme exposto na Figura 1 a seguir, é possível visualizar através do mapa dos Estados da Região Sudeste, os percentuais válidos de aposentados atuantes no mercado de trabalho.

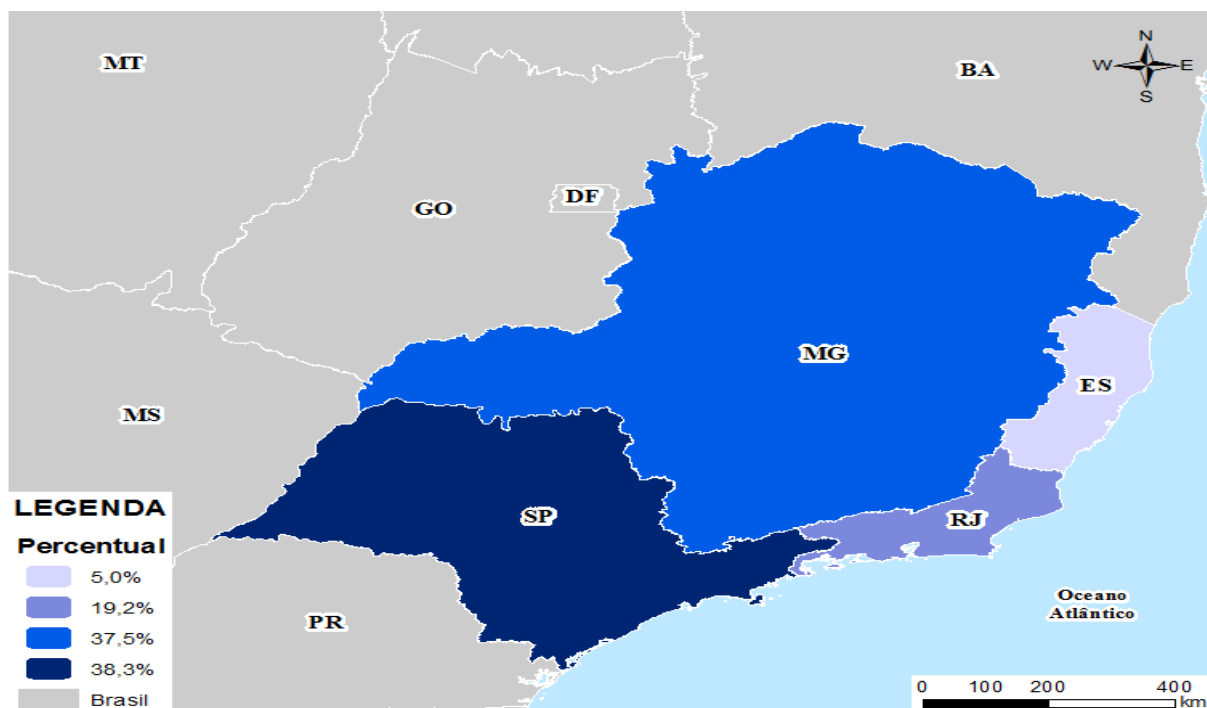


Figura 1 – Percentual válido de aposentados no mercado de trabalho na região Sudeste brasileira em 2015.

Fonte: Elaborado pelos autores com auxílio do *software* QGIS.

Na amostra total, a média de idade dos aposentados no mercado de trabalho foi de 64 anos ( $\sigma = 7,502$ ); estes possuem aproximadamente 9 anos de estudo ( $\sigma = 5,032$ ), ou seja, variando entre o ensino fundamental e o ensino médio.

A média da renda da aposentadoria foi de R\$1619,60 ( $\sigma = 1723,754$ ), enquanto que a média da renda do trabalho extra foi de R\$2675,17 ( $\sigma = 4747,511$ ). Observando que a média da renda da aposentadoria é menor que a média da renda extra, infere-se que nesta amostra, a renda pode ter sido um fator contribuinte para o retorno desses aposentados ao mercado, mas não se pode afirmar que foi o fator determinante, conforme já documentado nos trabalhos de Vanzella, Neto e Silva (2001); e Bulla e Kaefer (2003).

Sabe-se que existem outros fatores que contribuem para essa decisão que não são mensurados nesta pesquisa, como apresentando por Khoury et al (2010), onde concluiu que a necessidade de se sentir produtivo é uma das principais razões para o retorno do aposentado ao mercado de trabalho, considerando assim a importância do trabalho para a constituição da identidade. Contudo, também há outros estudos que enfatizam a renda como um fator significativo para essa decisão, como observado por Camarano (2001). Todavia, para afirmar é necessário que haja um estudo mais aprofundado com análise de outras variáveis (além das que foram mensuradas nesse trabalho) que permitam realizar tal inferência.

Um percentual significativo desses aposentados são pessoas de referência<sup>2</sup> na unidade domiciliar (percentual válido=74,7%). Essa observação também foi realizada por Camarano (2001) que analisou a participação do idoso brasileiro nas atividades econômicas entre 1978 e 1998. Seu estudo mostrou que mais da metade dos idosos do sexo masculino e quase 1/3 do sexo feminino que estavam no mercado de trabalho eram aposentados em 1998. Pode concluir também que a renda do trabalho desses aposentados tem um peso bastante significativo na sua renda e na de suas famílias, podendo a sua participação no mercado ser um indicador de sua dependência.



Mesmo o estudo de Camarano (2001) sendo realizado em época distinta, nota-se que o cenário atual permanece similar, sofrendo poucas alterações. No momento em que os aposentados deveriam gozar do seu período de descanso, eles trabalham e são em grande parte os responsáveis pelas finanças da família.

De acordo com a amostra geral do presente estudo, observou-se que 59,9% dos aposentados no mercado são brancos e o nível de instrução mais elevado que predominou foi fundamental incompleto (percentual válido=37,2%) e superior completo (percentual válido=22%). E o tipo de domicílio dos aposentados que trabalham predominante foi o urbano (88,6%).

Uma análise considerada importante, principalmente no ponto de vista da sustentabilidade do sistema previdenciário, foi quanto à formalidade do trabalho vivenciado pelos aposentados, do qual foi possível observar que no Sudeste e com esta amostra, grande parte dos aposentados retornam para o mercado formalmente, ou seja, com carteira assinada.

|              | Frequência | Percentual Válido |
|--------------|------------|-------------------|
| Sem carteira | 368        | 17,5              |
| Com carteira | 1739       | 82,5              |
| Total        | 2107       | 100,0             |

Tabela 1 – Percentual válido do tipo de trabalho dos aposentados no mercado em 2015  
Fonte: dados da pesquisa (2018).

O estudo também revelou que em toda a região, há maior predominância de homens aposentados no mercado de trabalho (percentual válido=66,10) que mulheres (33,9). Fato este que gera uma reflexão acerca da masculinização nesta perspectiva de trabalho.

#### 4.2 Análises do perfil dos aposentados da Região Sudeste, por Estado

O estudo revelou que a média da idade desses aposentados estão entre 63 e 64 anos e os extremos das idades entre 40 e 92 anos, conforme segue na tabela abaixo. Essas análises se tornam importante, principalmente, considerando que esse fenômeno social é relativamente contemporâneo e que impactam de forma direta na previdência social brasileira e nas propostas de reforma que estão sendo discutidas de forma excessiva ultimamente, e que propõem novas idades para a concessão da aposentadoria.

| Estado | Idade mínima | Idade máxima | Média | Desvio Padrão |
|--------|--------------|--------------|-------|---------------|
| ES     | 50           | 80           | 64,89 | 6,558         |
| MG     | 43           | 88           | 64,12 | 7,707         |
| RJ     | 44           | 87           | 64,57 | 7,141         |
| SP     | 40           | 92           | 63,25 | 7,588         |

Tabela 2 – Idade mínima, máxima e média da idade dos aposentados que trabalham nos estados da região sudeste em 2015  
Fonte: dados da pesquisa (2018).

O Rio de Janeiro é o estado que possui a média do rendimento extra mais elevada quando comparada com os outros três estados do Sudeste. Fator este, importante para ser analisado, considerando que regiões metropolitanas possuem custos de vida mais elevado.

| Estado | Média      | Desvio Padrão |
|--------|------------|---------------|
| ES     | R\$2431,38 | 4616,106      |
| MG     | R\$2344,41 | 4978,924      |

|    |            |          |
|----|------------|----------|
| RJ | R\$3033,79 | 5143,005 |
| SP | R\$2831,92 | 4317,888 |

Tabela 3 – Média do rendimento do trabalho extra dos aposentados que trabalham nos estados da região sudeste em 2015

Fonte: dados da pesquisa (2018).

O desvio padrão elevado significa que os dados estão mais dispersos (PESTANA, GAGEIRO, 2008), ou seja, há uma grande discrepância entre os rendimentos extras nesta amostra. Sabe-se que a desigualdade de renda tem um impacto direto sobre o bem-estar social na medida em que as sociedades buscam a equidade (BARROS, MENDONÇA, 1995).

A PNAD de 2015, verificou que a desigualdade social estreitou em todas as regiões do Brasil com exceção do Sudeste, do qual que não houve redução, fato que também contribuiu para os elevados desvios padrões.

Em contrapartida, a média dos rendimentos da aposentadoria foram inferiores à média dos rendimentos do trabalho extra em todos os estados analisados. Situação esta, que pode ser influenciada por diversos fenômenos como, inflação e correção das aposentadorias baixo da inflação e redução do poder de compra das aposentadorias. Essa conjuntura merece atenção e estudos aprofundados abarcando outras regiões que identifiquem os fatores que podem clarificar esse fenômeno.

| Estado | Média      | Desvio Padrão |
|--------|------------|---------------|
| ES     | R\$1387,91 | 1279,973      |
| MG     | R\$1503,62 | 1824,528      |
| RJ     | R\$1794,60 | 2147,314      |
| SP     | R\$1620,61 | 1343,159      |

Tabela 4 – Média do rendimento da aposentadoria dos aposentados que trabalham nos estados da região sudeste em 2015

Fonte: dados da pesquisa (2018).

A média dos anos de estudos dos aposentados que retornaram ao mercado de trabalho na região sudeste no ano de 2015, variou entre 7 e 9 anos, ficando Espírito Santo o estado com a menor média de anos de estudos, podendo inferir que esse público tente a ocupar cargos precarizados no mercado de trabalho e que tende a ser cargos que exigem menos qualificação e conseqüentemente que podem não ser adequados para a idade, refletindo assim em possíveis problemas de saúde no futuro.

| Estado | Média | Desvio Padrão |
|--------|-------|---------------|
| ES     | 7,29  | 5,151         |
| MG     | 8,03  | 5,161         |
| RJ     | 9,48  | 5,029         |
| SP     | 9,64  | 4,870         |

Tabela 5 – Média dos anos de estudo dos aposentados que retornaram ao mercado de trabalho nos estados da região sudeste no ano de 2015

Fonte: dados da pesquisa (2018).

A forma como esses aposentados retornam para o mercado é um fator importante e que pode afetar no financiamento da previdência social, considerando que o sistema previdenciário brasileiro é de repartição simples como discutido na seção do referencial teórico. Para a variável sem carteira, o estado que obteve a frequência observada mais distante da frequência esperada foi o Rio de Janeiro e em contrapartida, a frequência observada para a variável com carteira neste mesmo estado foi abaixo da frequência esperada.

| Estado | Sem carteira | Com carteira |
|--------|--------------|--------------|
| ES     | 12,26%       | 87,73%       |
| MG     | 16,56%       | 83,18%       |
| RJ     | 20,54%       | 79,45%       |
| SP     | 17,49%       | 82,38%       |
|        |              | 5,048        |
|        |              | 0,168        |

Tabela 6 – Frequência observada por Tipo de trabalho e por Estado  
Fonte: dados da pesquisa (2018).

O nível de significância (p-valor) do teste  $\chi^2$  de 0,168 indica que não se pode rejeitar  $H_0$ , ou seja, as variáveis são independentes, pois o seu resultado foi maior que 0,05. Observa-se que os percentuais de aposentados no mercado de trabalho sem carteira assinada são menores que aqueles que retornam com carteira assinada. Contudo, mesmo havendo essa diferença significativa, existem informais no mercado, como também foi identificado por Cockel (2014), que identificou alto percentual de aposentados na construção civil informalmente. Seus resultados mostram que o trabalho na construção é uma necessidade familiar e que procuram obter ganhos extras indispensáveis para manter as mesmas condições financeiras anteriores à aposentadoria. Diante da baixa escolaridade de sua amostra, a construção foi uma das poucas opções restantes frente a um mercado de trabalho cada vez mais excludente.

Com relação ao nível de instrução, o estado do Espírito Santo possui maior número de aposentados que trabalham sem instrução (17,9%), enquanto que em Minas Gerais o percentual é de 12,8%, no Rio de Janeiro é 8,2% e em São Paulo é de 5,8%. O percentual que mais se destacou em todos os estados foi para o nível de escolaridade ensino fundamental incompleto, sendo Minas Gerais predominante com 42,7% e o Rio de Janeiro com o menor percentual observado (32,9%). Os estados que se destacaram no nível de escolaridade ensino superior foram Rio de Janeiro (25%) e São Paulo (24,2%).

Ao realizar os cruzamentos através do qui-quadrado de Pearson (Teste  $\chi^2$ ), foi possível verificar se as variáveis categóricas como tipo de trabalho, cor, sexo e nível de instrução influenciaram nos padrões de respostas observados.

No cruzamento entre as variáveis situação de trabalho e cor, em busca de observar se havia relação entre a cor do aposentado e o fato dele trabalhar, foi observado que há mais brancos tanto trabalhando quanto não trabalhando.

| Situação de trabalho |                           | Cor        |        |
|----------------------|---------------------------|------------|--------|
|                      |                           | Não branco | Branco |
| Não trabalha         | Frequência observada      | 43,25%     | 56,75% |
| Trabalha             | Frequência observada      | 40,05%     | 59,94% |
|                      | Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) | 7,270      |        |
|                      | Nível de significância    | 0,007      |        |

Tabela 7 – Tabela de referência cruzada referente à situação do trabalho e a cor do aposentado  
Fonte: dados da pesquisa (2018).

No cruzamento entre as variáveis situação de trabalho e sexo, foi possível identificar que a frequência esperada por mulheres aposentadas trabalhando foi maior que a frequência observada (frequência esperada=1002,1; frequência observada=714) enquanto que dos homens, foi ao contrário, observou mais homens aposentados trabalhando que o esperado (frequência esperada=1104,9; frequência

observada=1393; qui-quadrado=190,337; p valor=0,000). Cockel (2014) também identificou em seu estudo maior frequência de homens aposentados que retornam ao mercado, todavia, por ter realizado sua pesquisa na construção civil, entende-se que é uma área mais proveniente de se encontrar homens que mulheres.

Observa-se que Camarano (2004) também identificou que os homens idosos, representam a maioria entre os chefes de família, e, esses tendem a permanecer no mercado de trabalho justamente por se considerarem a referência familiar e terem consciência da sua importância para os membros daquela família.

Ao associar situação de trabalho com nível de instrução, observou-se que o nível fundamental foi o que possuiu maior frequência para ambos os tipos de trabalho (com e sem carteira assinada). E a frequência observada ultrapassou a frequência esperada (frequência esperada=5346,7; frequência observada=5438; qui-quadrado=219,185; p valor=0,000). O se pode inferir é que há uma grande tendência de aposentados que retornam para o mercado de trabalho possuírem baixa escolaridade, resultando em sérias consequências que, devido a dificuldade de oportunidade, adicionado à baixa escolaridade dos trabalhadores mais velhos, poderá resultar na (re)inserção desse público em trabalhos precários e nocivos à saúde.

### **Considerações finais**

Esse trabalho objetivou conhecer o perfil do aposentado que continua no mercado de trabalho após se aposentar na região Sudeste realizando um breve comparativo entre os estados. Pode observar que o estado com mais aposentados no mercado de trabalho foi São Paulo, o que se justifica por ser o estado com maior população na amostra analisada. A média de idade desse público foi de 64 anos, estando os extremos entre 40 e 92 anos. Verificou-se que a média da renda da aposentadoria foi menor que a média da renda extra em todos os estados do Sudeste e que 74,7% dos idosos que estão no mercado de trabalho na região evidenciada, são referência na unidade domiciliar. O nível de instrução predominante nessa população foi o fundamental incompleto. E o estado com maior média de renda extra e maior percentual de informalidade foi o Rio de Janeiro.

Dessa forma, fica mais evidente que se vivencia a progressiva desvinculação entre o momento da aposentadoria e a última etapa da vida, denominada de terceira idade. Ou seja, a associação corrente entre a velhice e aposentadoria vai perdendo espaço no imaginário social, pois nem todos os aposentados são velhos e nem toda velhice é aposentada.

As questões relativas à previdência social no Brasil são mais amplas e consideradas um grande desafio, não sendo aprofundadas neste estudo, havendo necessidade de investigações futuras capazes de compreender os impactos sociais, econômicos e pessoais da permanência dos aposentados no mercado informal de trabalho.

A maior longevidade da população, os baixos valores das aposentadorias, o desejo de permanecer ativo, entre outros fatores apontados no decorrer do artigo, mostram novos desafios para as áreas de saúde, previdência e trabalho. Com os resultados, foi possível perceber que existem idosos optando pelo mercado informal, e mesmo que seja em percentuais não muito elevados, é preocupante. Essa situação demanda atenção e políticas públicas específicas, bem como ações efetivas de proteção social, garantindo uma boa qualidade de vida na terceira idade.

De fato, a seguridade social representa um papel importante para a construção do bem-estar dos indivíduos nesta fase da vida. Contudo, as políticas públicas para

os idosos devem fomentar a solidariedade entre gerações, equilibrando as necessidades dos idosos com as necessidades de outros grupos populacionais. Assim, buscando a efetividade das políticas direcionadas para o envelhecimento populacional é fundamental que elas possuam uma abordagem integrada em seus setores como saúde, educação, mercado de trabalho, economia e seguridade social.

Este estudo se limitou a explorar o perfil dos aposentados que são (re)inseridos no mercado de trabalho em uma Região do Brasil, e devido a essa limitação e aos resultados obtidos torna-se oportuno propor novas pesquisas para compreender se de fato essa realidade é estendida em nível nacional, e inclusive buscar compreender qual a percepção da administração pública em relação às políticas públicas que abarcam o bem estar social dos aposentados no país.

### **Agradecimentos:**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

### **Notas**

<sup>1</sup>A inversão da pirâmide etária é uma das situações que ocorrem e que podem afetar o sistema previdenciário pautado na repartição simples. Contudo existem outros problemas no Brasil que também implicam no funcionamento da previdência como improbidades, desvios de recursos para fins não previdenciários através da DRU – Desvinculação de Receitas da União, entre outros.

<sup>2</sup> Pessoas de referência são consideradas pelo IBGE (2016) como o responsável pela unidade domiciliar ou pela família.

### **Referências**

BARROS, R. P. de.; MENDONÇA, R. S. P. de. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. In: Seminários de Pesquisa Econômica I. IPEA, 1995.

BULLA, L. C.; KAEFER, C. O. Trabalho e aposentadoria: repercussões na vida do idoso aposentado. *Revista Virtual Textos e Contextos*, v.2, p. 1-8, dez. 2003.  
Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/957>.  
Acesso em: 10 nov. 2018.

CAMARANO, A. A. *O idoso brasileiro no mercado de trabalho*. Texto para discussão, n 830. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

CAMARANO, A. A. *Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?* Rio de Janeiro: Ipea, 2004. 604 p.

CAVALIERI, C. H.; PAZELLO, E. T.. Efeito distributivo das políticas sociais. In:

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (Org.). *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 339-364.

FAVERO, L. P. L. et al. *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico/ 2010*. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 15 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios: síntese de indicadores*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 108 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Síntese dos Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira/2008*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/>. Acesso em: 27 de setembro de 2018.

IBRAHIM, F. Z. Aposentadoria parcial e *bridge employment*. *Migalhas*, jun. 2018. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Previdencialhas/120,MI281560,11049-Aposentadoria+parcial+e+bridge+employment>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

JANNUZZI, P. M. *Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. Campinas: Alínea, 2016, 164 p.

KHOURY, H. T. T. et al. Porque aposentados retornam ao trabalho? O papel dos fatores psicossociais. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, ano 13, v. 1, p. 147-165, jun/2010.

KIEFER, S. Brasileiro vai trabalhar mais para garantir aposentadoria. *Estado de Minas*. Disponível em: [http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao\\_4/2009/03/24/em\\_noticia\\_interna,id\\_sessao=4&id\\_noticia=103721/em\\_noticia\\_interna.shtml](http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_4/2009/03/24/em_noticia_interna,id_sessao=4&id_noticia=103721/em_noticia_interna.shtml). Acesso em: 24 de agosto de 2018.

LANCMAN, S., SZNELWAR, L. I., & JARDIM, T. A. Sofrimento psíquico e envelhecimento no trabalho: um estudo com agentes de trânsito. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 17(3), 129-136, 2006.

LEE, R. D.; MASON, A. *Population aging and the generational economy: a global perspective*. Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 2011.

MOTTA, A. B. *Relações de família dos mais idosos*. In: Anais do Encontro Anual da Anpocs. Petrópolis, p. 103, 2000.

PESTANA, M. H; GAGEIRO, J. N. *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. 5 ed. Lisboa: Sílabo, 2008. 694 p.

ROCHA, R. R.; CAETANO, M. A. R. *O Sistema Previdenciário brasileiro: uma avaliação de desempenho comparada*. Textos para discussão, n. 1331. Brasília: Ipea, 2008.

TURRA, C. M.; AFONSO, L. E. A consolidação da Previdência Social desde 1988 e seu futuro em um país em envelhecimento. In: MENDES, G.; PAIVA, P. *Políticas*

*Públicas no Brasil: uma abordagem institucional*. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Cáp. 15, p. 317-350.

VANZELLA, E.; NETO, E. A. L.; SILVA, C. C. A terceira idade e o mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Ciência da Saúde*, v. 14, n. 4, p. 97-100, 2011.